

Relato Integrado Como Ferramenta de Prestação de Contas no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Integrated Reporting As an Accountability Tool at the Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Isabelle Caroline Bevilaqua^{*1} – *isacbevi@hotmail.com* ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3085-2055>

Enio Gabriel Meniquetti^{*2} – *eniomeniquetti@hotmail.com*

João Pedro Pizzólio De Souza^{*2} – *joaopedropizzolio@gmail.com* ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4694-7125>

1 - UEM – Universidade Estadual de Maringá

2 - UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

Resumo

O objetivo do estudo é analisar a aderência dos Relatórios de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná à Decisão Normativa nº 187/2020 do Tribunal de Contas da União, os quais passaram a ser elaborado no formato do Relato Integrado. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva, com análise de conteúdo. Os dados foram coletados dos Relatórios de Gestão disponibilizados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, referente aos anos de 2018 a 2023. Realizou-se a aplicação da Ferramenta de Autoavaliação considerando o total de pontos obtidos a partir das informações disponibilizadas pela entidade. Os resultados evidenciaram que existe aderência das informações divulgadas à Decisão Normativa nº 187/2020, registrando uma evolução nos anos analisados com a maior aderência em 2023. Os elementos de conteúdo com maior aderência foram “Mensagem do dirigente máximo da unidade” e “Riscos, oportunidades e perspectivas”, que alcançaram pontuação máxima nos últimos anos. A “Visão geral organizacional e ambiente externo” manteve divulgação acima de 70%, enquanto “Governança, estratégia e alocação de recursos” apresentou evolução a partir de 2020. Em contrapartida, “Informações orçamentárias, financeiras e contábeis” permaneceu em torno de 50% de divulgação. Portanto, conclui-se que a divulgação dos elementos de conteúdo do Relato Integrado proporciona a comunicação da criação de valor pelas entidades. No entanto, a internalização completa do Relato Integrado requer um período de adaptação e o monitoramento contínuo, demandando a promoção de discussões internas e a adoção do pensamento integrado para assegurar a efetividade das atividades e a conformidade com as especificidades do modelo.

Palavras-chave: Relato Integrado. Relatório de Gestão. Setor Público. Conselho Regional de Contabilidade. Prestação de Contas.

Abstract

The aim of this study is to analyse the adherence of the Management Reports of the Conselho Regional de Contabilidade do Paraná to Normative Decision No. 187/2020 of the Tribunal de Contas da União, which began to be prepared in the Integrated Reporting format. A qualitative, descriptive study was conducted, employing content analysis. Data were collected from the Management Reports made available by the Regional Accounting Council of Paraná, covering the years 2018 to 2023. The Self-Assessment Tool was applied, considering the total score obtained based on the information provided by the entity. The results indicate that the disclosed information aligns with Normative Decision No. 187/2020, showing progressive adherence over the analysed years, with the highest compliance recorded in 2023. The content elements with the highest adherence were “Message from the Head of the Unit” and “Risks, Opportunities, and Prospects” both achieving the maximum score in recent years. “Organisational Overview and External Environment” maintained a disclosure level above 70%, while “Governance, Strategy, and Resource Allocation” showed improvement from 2020 onwards. In contrast, “Budgetary, Financial, and Accounting Information” remained around 50% disclosure. Thus, it is concluded that the disclosure of the Integrated Reporting content elements enhances the communication of value creation by organisations. However, the full internalisation of Integrated Reporting requires a period of adaptation and continuous monitoring, necessitating internal discussions and the adoption of integrated thinking to ensure the effectiveness of activities and compliance with the model’s specific requirements.

Keywords: Integrated Report. Management Report. Public Sector. Regional Council of Accounting. Accountability.

Recebimento: 14/05/2024 | **Aprovação:** 19/02/2025

Editor Associado: Silvia Consoni

Editor responsável aprovação: Dra. Luciana Klein

Editor responsável edição: Dra. Luciana Klein

Avaliado pelo sistema: Double Blind Review

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v16i3.95502>

1 Introdução

O Relato Integrado (RI) surgiu como uma nova forma de divulgação corporativa responsável por integrar informações financeiras com não financeiras, o qual pode ser aplicado tanto pelo setor privado quanto pelo setor público (IIRC, 2013). No Brasil, a utilização do RI é voluntária no setor privado, mas para alguns entes públicos a utilização do *Framework* se tornou obrigatória. A partir da promulgação da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) as empresas públicas e sociedades de economia mista passaram a ser obrigadas a apresentar relatórios integrados ou de sustentabilidade, conforme artigo 8º, alínea IX, da referida lei (Brasil, 2016).

Além disso, a Decisão Normativa nº 170/2018 disposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU) passou a exigir que as Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) elaborassem sua prestação de contas no formato do RI. Em 2022, a Decisão Normativa nº 198 (TCU) manteve a elaboração do Relatório de Gestão das UPCs em conformidade com o RI. O objetivo da adoção do RI no setor público é garantir transparência e credibilidade para as contas públicas, bem como representar de modo efetivo os resultados e a criação de valor público para a sociedade (Brasil, 2016; TCU 2018).

No setor público, o RI tem sido adotado como uma ferramenta estratégica para aprimorar a prestação de contas, reformulando os Relatórios de Gestão das entidades públicas e colocando a criação de valor no centro das atividades e da comunicação organizacional (TCU, 2018). Além disso, o RI tem se mostrado essencial para aumentar a transparência e responsabilidade na comunicação das informações, bem como para divulgar o valor público gerado por essas instituições (Rosa, 2019; Caruana & Grech, 2019; Mauro, Cinquini, Simonini & Tenucci, 2020; Nicolò, Zanellato & Tiron-Tudor, 2020).

A adoção do RI impacta na materialidade das entidades, resultando na priorização de informações consideradas essenciais para os stakeholders (Farneti, Casonato, Montecalvo & Villiers, 2019). Esse processo levou à redução da inclusão de dados sociais desconectados, promovendo uma divulgação mais equilibrada, especialmente no que se refere às informações de sustentabilidade (Farneti et al., 2019; Montecalvo, Farneti & Villiers, 2018).

Apesar dos benefícios, desafios na adoção do *Framework* do RI têm sido identificados, principalmente no que diz respeito à aplicação completa de seus elementos de conteúdo. Estudos indicam que esses elementos nem sempre são adotados de forma homogênea, o que compromete a plena implementação do modelo (Veltri & Silvestri, 2015). Esse cenário pode ser atribuído tanto às exigências e particularidades das entidades do setor quanto ao alto custo associado à adoção completa dos princípios e elementos do RI (Cavicchi, Oppi & Vagnoni, 2019; Caruana & Grech, 2019).

Frente a isso, questiona-se qual a aderência dos Relatórios de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC/PR) ao modelo de evidenciação proposto pelo Relato Integrado? Para tanto, a pesquisa teve como objetivo analisar a aderência dos Relatórios de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC/PR) à Decisão Normativa nº 187/2020 do Tribunal de Contas da União.

Para a condução da pesquisa utilizou-se a Ferramenta de Autoavaliação do Relatório de Gestão disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União, a qual permite que a organização perceba com precisão onde precisa evoluir na apresentação de suas informações (TCU, 2020a). A utilização da ferramenta é justificada como forma de atender aos chamados de Veltri e Silvestri (2015) que demonstram preocupação com o monitoramento da adoção do RI nas organizações, por intermédio dos elementos de conteúdo. Ao testar e validar a ferramenta, o estudo contribui com a prática, demonstrando que as entidades podem utilizá-la para compreender o processo de adoção e buscar melhorias.

Adicionalmente, a pesquisa sobre o RI no setor público brasileiro ainda é incipiente, uma vez que a maioria dos estudos tem se concentrado no setor privado. Um levantamento realizado por Castro e Costa (2022) estima que aproximadamente 72% dos pesquisadores que analisam o RI optam por investigar exclusivamente

organizações privadas. Esse cenário evidencia uma lacuna significativa no entendimento de sua aplicação no setor público e a necessidade de estudos que aprofundem a compreensão sobre a relevância do RI como uma ferramenta estratégica no processo de prestação de contas e transparência governamental.

A pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre a aplicabilidade do RI, possibilitando a obtenção de resultados mais alinhados às necessidades específicas do setor público e favorecendo o cumprimento do dever de prestar contas. Além disso, os resultados do estudo proporcionam uma reflexão crítica por parte dos responsáveis pela elaboração dos Relatórios de Gestão, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria na prestação de contas das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) brasileiras.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Relato Integrado no Setor Público e Prestação de Contas

As discussões sobre a transparência na divulgação corporativa foram intensificadas no início do século XXI, especialmente com o advento da crise financeira global (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014). As informações não financeiras passaram a ser demandadas pelos *stakeholders* e a forma de evidenciar esses aspectos tornou-se um desafio dotado de complexidade para as organizações (Villiers *et al.*, 2014; Williams & Lodhia, 2021).

Nesse cenário, ganha destaque o Relato Integrado. Em 2010, o projeto do princípio de Gales *Accounting for Sustainability* (A4S), criou o “*International Integrated Reporting Council*” (IIRC), definindo diretrizes para um novo meio de divulgar informações empresariais, financeiras e não financeiras, conhecida como Relato Integrado (RI) (Ribeiro, Vieira Neto, Cosenza & Zotes, 2020). Em 2013, o IIRC elaborou e divulgou o *Framework* para o RI (IIRC, 2013), revisado em 2021 (IIRC, 2021), sem o acréscimo de alterações significativas (Dumay, Zambon & Magnaghi, 2023). Baseado no pensamento integrado, o RI é sustentado por uma abordagem principiológica e objetiva o equilíbrio entre a flexibilidade e prescrição, respeitando a variedade de circunstâncias e as características de diferentes organizações (IIRC, 2021).

O *Framework* para o RI delimita oito Elementos de Conteúdo (Tabela 1), categorias de informações que se relacionam entre si e se conectam em uma imagem completa, não sendo mutuamente excludentes, de modo a refletir as interações dinâmicas e sistêmicas das atividades da organização (IIRC, 2021).

Tabela 1

Elementos de conteúdo que orientam a elaboração do Relato Integrado

Elementos de Conteúdo	Reflexões a serem respondidas
Visão geral organizacional e ambiente externo	O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?
Governança	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?
Modelo de negócios	Qual é o modelo de negócios da organização?
Riscos e oportunidades	Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?
Estratégia e alocação de recursos	Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?
Desempenho	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período?
Perspectiva	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia, e quais são os potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?
Base para a preparação e apresentação	Como a organização determina os temas a serem incluídos no Relato Integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?

Fonte: IIRC (2021)

No setor público, a busca pela transparência e *accountability* (Mauro et al., 2020), somadas com a crescente demanda pela melhoria na prestação de contas, resultou na adoção do RI como ferramenta para comunicação do valor público criado por essas entidades (Mauro et al., 2020; Nicolò et al., 2020). No Brasil, a Decisão Normativa DN-TCU nº 170/2018 e a Instrução Normativa IN-TCU nº 84/2020, ambas publicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), determina que as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) devem elaborar seus Relatórios de Gestão com base no modelo do Relato Integrado. O anexo II à Decisão Normativa DN-TCU nº 187/2020 estabelece cinco elementos de conteúdo que devem ser divulgados no relatório (Tabela 2).

Tabela 2

Elementos de conteúdo aplicados ao setor público

Elementos de Conteúdo em 2018	Elementos de Conteúdo em 2020
-	Mensagem do dirigente máximo
Visão geral organizacional e ambiente externo	Visão geral organizacional e ambiente externo
Governança	Governança, estratégia e desempenho
Modelo de negócios	
Estratégia e alocação de recursos	
Desempenho	
Riscos e oportunidades	Riscos, oportunidades e perspectivas
Perspectiva	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis
-	-
Base para a preparação e apresentação	-

Fonte: Adaptado de DN-TCU (2018) e DN-TCU (2020b)

Os elementos de conteúdo evidenciados inicialmente eram idênticos ao disponível no *Framework* do RI. No entanto, observa-se que o TCU realizou alterações, ou seja, o agrupamento dos elementos de conteúdo sob uma mesma categoria, de acordo com a similaridade temática. Tal fato, foi realizado visando a aplicabilidade do RI ao setor público.

2.2 Estudos correlatos

Os estudos sobre relatórios não financeiros em organizações do setor público cresceram progressivamente (Manes-Rossi, Nicolò & Argento, 2020). Ao analisar a literatura, Manes-Rossi et al. (2020) constataram a adesão à diferentes formatos de relatórios não financeiros como o Relatório de Sustentabilidade, o Relato Integrado, o Relatório Popular e os Relatórios Mistos. Em especial, a adoção do RI é motivada pela necessidade de entender como melhorar a divulgação da sustentabilidade, promover o pensamento integrado e induzir mudanças (Manes-Rossi, et al., 2020).

O trabalho de Garlatti, Iacuzzi, Dokalskaya e Pericolo (2024) explora o potencial do RI para promover o valor público e a *accountability* por meio de sua abordagem pluralista. Os autores concluem que o RI é uma prática relevante no fomento de uma abordagem pluralista na contabilidade do setor público, contribuindo para a geração de valor público e o fortalecimento da responsabilidade institucional. Para que isso ocorra, é importante o desenvolvimento do pensamento integrado e o envolvimento das partes interessadas (Garlatti, et al., 2024).

Após examinar o papel do RI no setor público, a partir de um estudo de caso realizado na Itália, Iacuzzi, Garlatti, Fedele e Lombrano (2020) identificam a necessidade de fomentar o pensamento integrado e a criação de valor. Nesse sentido, é relevante enfatizar a materialidade e o engajamento com as partes interessadas para que sociedade compreenda e contribua para o processo de criação de valor (Iacuzzi et al., 2020).

Veltri e Silvestri (2015) avaliam a adoção do *Framework* do RI em uma universidade pública, como resultado os autores identificaram a inclusão dos elementos de conteúdo no relatório divulgado. Porém, sem

aprofundamento, conectividade de informações e orientações prospectivas. Os autores salientam que, embora o modelo tenha sido implementado, é fundamental manter um monitoramento contínuo para assegurar que o relatório desempenhe sua função estratégica dentro das organizações (Veltri & Silvestri, 2015).

O estudo de Mauro *et al.* (2020) possui como objetivo compreender como o RI contribui para melhorar as práticas de relatórios das universidades públicas. Os resultados indicam que a adoção dos elementos de conteúdo ocorre de forma fragmentada e não homogênea. No entanto, o RI desempenha um papel fundamental ao consolidar informações anteriormente dispersas em diferentes relatórios, unificando e integrando esses documentos em um único relatório abrangente.

Dessa forma, o RI se apresenta como uma oportunidade de inovação na comunicação da prestação de contas no setor público. Contudo, conforme destacado por Mauro *et al.* (2020), a fragmentação e a falta de homogeneidade na inclusão dos elementos de conteúdo representam um obstáculo à plena adoção do RI.

Nicolò *et al.* (2020) conduzem um estudo com o objetivo de investigar se a Diretiva Europeia de divulgação obrigatória (2014/95/EU) ampliou o nível de informações fornecidas pelas empresas estatais que adotaram o Relato Integrado (RI). Os resultados indicam que essas empresas apresentam um nível razoável de divulgação, evidenciando alinhamento com os sistemas de valores, normas e expectativas sociais. No entanto, os autores argumentam que a imposição de uma regulamentação obrigatória não incentivou, de forma significativa, a divulgação de informações não financeiras por parte das empresas estatais (Nicolò *et al.*, 2020).

No cenário brasileiro, Kallenbach, Ribeiro e Lepsch (2022) analisaram a aderência dos Relatórios de Gestão do Conselho Federal de Contabilidade à DN n°170/2018 do TCU, a partir de um checklist e uma análise dicotômica. Os resultados do estudo apontaram que o CFC apresenta uma quantidade significativa de conteúdo do framework, demonstrando aderência às normas. Por fim, os autores enfatizam a necessidade de divulgar informações relacionadas ao modelo de negócios e as perspectivas de curto, médio e longo prazo (Kallenbach *et al.*, 2022).

Ribeiro, Moraes, Pinheiro e Neto (2023) avaliaram a conformidade dos Relatórios Integrados de Gestão de universidades públicas brasileiras com o Framework do RI proposto pelo IIRC. Os resultados obtidos pelos autores demonstram uma divulgação reduzida, sendo necessário melhorias na concisão e acessibilidade das divulgações, além de informações relacionadas aos impactos das atividades na sociedade e meio ambiente (Ribeiro, *et al.*, 2023).

O estudo de Fonseca, Ribeiro e Cosenza (2024) é similar ao realizado por Ribeiro *et al.* (2023) e tem como objetivo avaliar a qualidade das informações divulgadas por universidades públicas brasileiras com base nas Características Qualitativas da Informação Contábil. Os autores concluem que há um desafio em elaborar relatórios que sejam simultaneamente concisos e suficientemente abrangentes para garantir a qualidade da informação divulgada. Nesse contexto, destacam a necessidade de aprimorar atributos como relevância, representação fidedigna, comprehensibilidade, conectividade, relação com as partes interessadas e concisão (Fonseca *et al.*, 2024).

3 Procedimentos Metodológicos

O trabalho possui abordagem qualitativa e documental. Selecionou-se como amostra da pesquisa o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC/PR), devido sua obrigatoriedade em prestar contas ao TCU. Isso ocorre, pois, a entidade é enquadrada como Unidade Prestadora de Contas (UPC) e é regida pela Decisão Normativa n° 198/2022 (TCU, 2022).

Os dados foram coletados dos Relatórios de Gestão (RG), elaborados com base no Relato Integrado (RI), referente aos anos de 2018 a 2023, obtidos no website da entidade. O período delimitado inicia-se no ano de sugestão do TCU para utilização do RI (DN-TCU n° 170/2018), contempla a obrigatoriedade dessa utilização com a publicação da Instrução Normativa IN-TCU n° 84/2020 e o último relatório divulgado pela UPC.

Para a coleta dos dados utilizou-se a Ferramenta de Autoavaliação do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado. A ferramenta permite que as próprias UPC avaliem sua aderência e promovam melhoria contínua do seu processo de prestação de contas a partir da identificação dos princípios básicos e elementos de conteúdo (TCU, 2020a). Para cada elemento de conteúdo, a ferramenta sugere itens de avaliação. A Tabela 3 foi elaborada para evidenciar os itens utilizados na análise. Destaca-se a remoção dos itens 6, 21, 25 e 26, pois são itens de divulgação facultativa.

Tabela 3
Elementos de conteúdo requeridos do Relatório de Gestão (RG)

Categorias / Elementos	Síntese das Informações Requeridas
Mensagem do dirigente máximo da unidade	<p>1. Apresentação dos principais resultados alcançados e o reconhecimento por assegurar a integridade do relatório.</p> <p>2. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão.</p> <p>3. Principais normas direcionadoras de atuação e links de acesso.</p> <p>4. Organograma da estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança.</p> <p>5. Apresentação do modelo de negócios da UPC, abrangendo insumos, atividades, produtos, impactos, valor gerado e seus destinatários e diagrama de cadeia de valor.</p> <p>7. Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela unidade.</p> <p>8. Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pela organização.</p> <p>9. Capital social e participação em outras sociedades, se aplicável.</p>
Visão geral organizacional e ambiente externo: (1) O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?; (2) Qual o modelo de negócios da organização?; (3) Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?	<p>10. Principais riscos identificados e como a UPC lida com essas questões.</p> <p>11. Quais são as principais oportunidades identificadas e as respectivas ações para aproveitá-las.</p> <p>12. As fontes específicas de riscos e oportunidades, que podem ser internas, externas ou, normalmente, uma combinação das duas;</p> <p>13. Avaliação, pela UPC, da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça, levando em consideração, inclusive, as circunstâncias específicas que levariam à ocorrência do risco ou da oportunidade.</p>
Riscos, oportunidades e perspectivas: (1) Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos? (2) Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e as potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?	<p>14. Descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão.</p> <p>15. Objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, com as metas, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.</p> <p>16. Planos de curto prazo da organização.</p> <p>17. Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas.</p> <p>18. Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados.</p> <p>19. Principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas.</p>
Governança, estratégia e alocação de recursos: (1) Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá? (2) Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo? e (3) Quais os principais resultados alcançados pela organização?	<p>20. Resumo da situação financeira contábil da e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.</p> <p>22. Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC.</p> <p>23. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público.</p> <p>24. Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que balanços, demonstrações e notas explicativas estão publicadas.</p>
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período?	

Fonte: Adaptado do anexo II da DN-TCU 187/2020 (TCU, 2020b).

Portanto, para a análise foram considerados o total de pontos obtidos a partir das informações disponibilizadas pela UPC no RG. A pontuação seguiu a escala: 0 – Item está faltando; 1 – item consta, mas de modo insatisfatório; 2 – item consta, medianamente satisfatório; 3 – item consta de modo satisfatório. A Tabela 4 apresenta a quantidade de itens de avaliação em cada elemento analisado e a pontuação possível de ser obtida.

Tabela 4*Itens de Avaliação e Sistema de Pontuação para os Elementos de Conteúdo*

Capítulo	Itens de Avaliação	Pontos Possíveis
Mensagem do dirigente máximo da unidade	1	3
Visão geral organizacional e ambiente externo	7	21
Riscos, oportunidades e perspectivas	4	12
Governança, estratégia e alocação de recursos	6	18
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	4	12
Total	22	66

Fonte: Adaptado do anexo II da DN-TCU 187/2020 (TCU, 2020b).

Para condução das análises foi utilizado a análise de conteúdo (Bardin, 2016): primeiramente a pré-análise consistiu na coleta, preparação preliminar e leitura superficial do material, ou seja, dos RGs divulgados. Na sequência ocorreu o tratamento dos dados com o preenchimento dos itens da Ferramenta de Autoavaliação (Tabela 3).

Adicionalmente, realizou-se a categorização e codificação dos dados. As principais informações divulgadas pela UPC foram categorizadas sob o título dos elementos de conteúdo “mensagem do dirigente”, “visão geral organizacional e ambiente externo”, “riscos, oportunidades e perspectivas”, “governança, estratégia e alocação de recursos” e “informações orçamentárias, financeiras e contábeis”. A codificação seguiu a síntese das informações requeridas, conforme apresentado na Tabela 3.

4 Resultados e Discussão

4.1 Apresentação da aderência do relatório de gestão aos elementos de conteúdos

Por meio da aplicação da ferramenta de autoavaliação do Relatório de Gestão, disponibilizada pelo TCU, foi possível quantificar os itens evidenciados pelo CRC/PR em relação aos elementos de conteúdo. Com base nesses dados, elaborou-se a Tabela 5, que apresenta a pontuação obtida e o percentual de aderência dos elementos avaliados.

Tabela 5*Elementos de Conteúdo Evidenciados no Relatório de Gestão*

Elementos de Conteúdo	Pontos Possíveis	Pontos Obtidos					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Mensagem do dirigente máximo da unidade	3	2	2	2	2	3	3
Visão geral organizacional e ambiente externo	21	16	15	17	18	19	18
Riscos, oportunidades e perspectivas	12	8	8	8	12	12	12

Governança, estratégia e alocação de recursos	18	11	10	12	13	14	17
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	12	6	6	6	7	7	7
Total	66	43	41	45	52	55	57
Percentual (%)	100%	65%	62%	68%	79%	83%	86%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Tabela 5 evidencia a evolução da aderência dos Relatórios de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC/PR) à Decisão Normativa nº 170/2018 do Tribunal de Contas da União. Esse resultado indica o alinhamento do CRC/PR com as informações divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), cuja aderência às normas foi demonstrada no estudo de Kallenbach *et al.* (2022). O resultado reflete a estrutura hierárquica e normativa da profissão contábil no Brasil, em que os conselhos regionais seguem diretrizes estabelecidas pelo órgão federal.

No ano de 2018, o relatório divulgado foi denominado “Relato Integrado”, porém sua apresentação não seguia a estrutura proposta pelo TCU, sendo o elemento de conteúdo “Visão geral organizacional e ambiente externo” o único com destaque em um capítulo exclusivo. Entretanto, o relatório contemplou aspectos ao longo do seu conteúdo que permitiram a realização da análise.

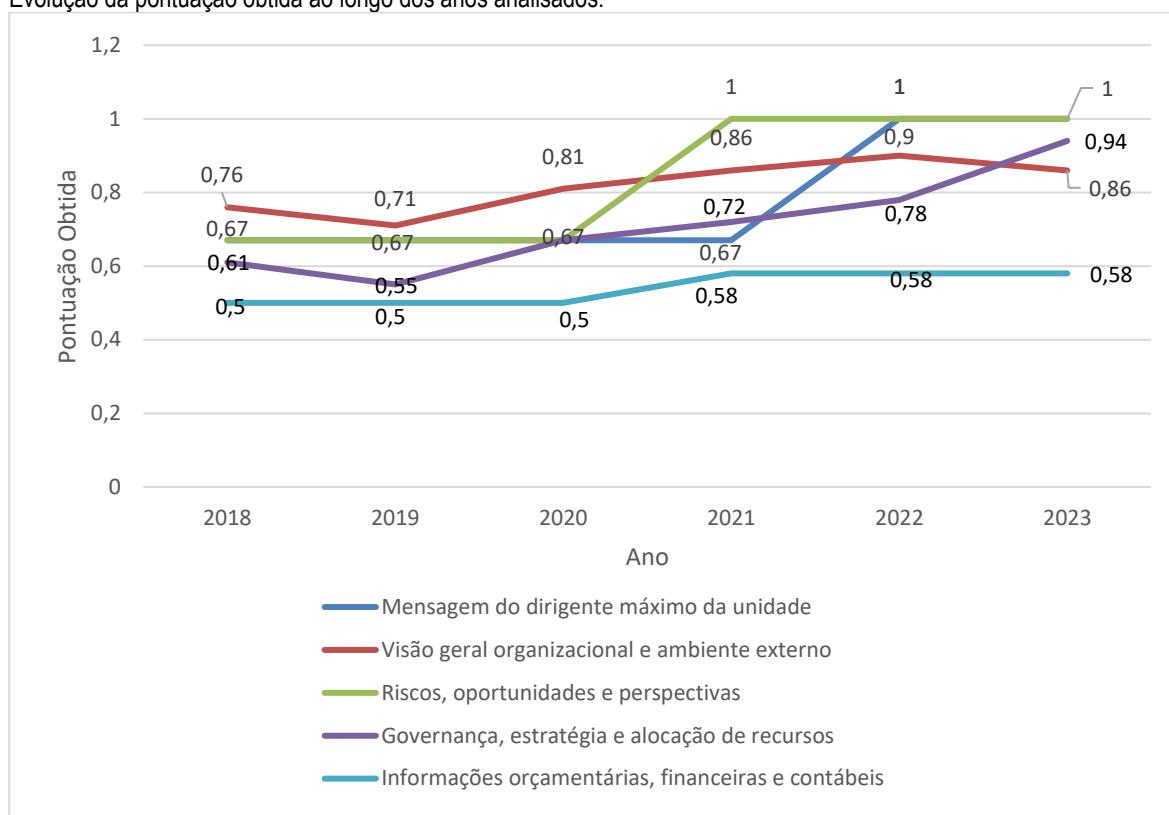
A partir de 2019, os capítulos do relatório elaborado pelo CRC/PR passaram a adotar como nomenclatura os elementos de conteúdo analisados. Observa-se que, entre 2018 e 2019, houve uma redução de 3% na aderência. Em 2020, verificou-se um aumento de 6% em relação ao ano anterior, com os anos subsequentes mantendo essa tendência de crescimento.

Embora o CRC/PR adote o modelo de RI para a prestação de contas e demonstre conformidade com os requisitos estabelecidos pelo TCU, além de uma crescente aderência às normas, é essencial que a entidade realize o monitoramento contínuo de seus elementos de conteúdo (Veltri & Silvestri, 2015). Nesse contexto, destaca-se a iniciativa do TCU em disponibilizar a Ferramenta de Autoavaliação, utilizada como instrumento de coleta de dados neste estudo, e recomendada para que as UPCs acompanhem seus resultados de forma sistemática (TCU, 2020a).

O monitoramento contínuo contribui para a padronização e a homogeneidade das informações divulgadas (Mauro *et al.*, 2020), além de aprimorar a comunicação do valor público gerado pela entidade (Garlatti *et al.*, 2024). Além disso, a revisão de processos, a integração das informações e a promoção do pensamento integrado no ambiente organizacional possibilitam o fortalecimento do RI como um instrumento de responsabilidade institucional e engajamento dos stakeholders, especialmente dos cidadãos (Garlatti *et al.*, 2024).

Adicionalmente, destaca-se que, esse aumento na aderência refere-se ao percentual geral da pontuação atribuída ao relatório. Para compreender as oscilações específicas, é fundamental analisar a dinâmica individual de cada elemento de conteúdo avaliado. Considerando que a pontuação máxima atribuída varia entre os elementos, foi calculada a proporção entre o resultado obtido e o total possível. Esse procedimento permitiu a elaboração da Figura 1, que evidencia a evolução da aderência do CRC/PR ao longo dos anos analisados.

Figura 1.
Evolução da pontuação obtida ao longo dos anos analisados.



Conforme os resultados demonstrados, observa-se que o elemento de conteúdo “Mensagem do dirigente máximo da unidade” atingiu a pontuação máxima atingida nos anos de 2022 e 2023. Destaca-se que, em 2018 e 2019, não houve o reconhecimento da responsabilidade do dirigente da UPC pelas informações contidas no relatório. Nos anos de 2020 e 2021, diferentemente do que ocorre nos anos subsequentes, não foram apresentados os planos futuros da entidade, resultando em uma avaliação inferior para o item.

O elemento de conteúdo “Visão geral organizacional e ambiente externo” não alcançou a pontuação máxima em nenhum dos anos analisados. Houve falta de informação de acordo com os quesitos de avaliação e apresentação mínima destas informações em alguns itens da pesquisa. Os anos que obtiveram maiores pontuações foram 2022, seguidos de 2021 e 2023. A principal razão para a diferença de pontuação é a inclusão de links para as principais normas, aspecto ausente entre 2018 e 2020. Além disso, a apresentação da missão, visão e valores da entidade foi realizada em tabelas com maior teor explicativo.

No que diz respeito ao elemento de conteúdo “Riscos, oportunidades e perspectivas”, observa-se que, nos anos de 2021, 2022 e 2023 foi alcançada a pontuação máxima, evidenciando uma resposta eficiente aos critérios avaliados, o que não se verificou nos anos anteriores. Nesses anos com pontuação máxima, foram incluídas classificações detalhadas dos riscos e oportunidades, bem como as ações a serem implementadas, além de análises de impacto e probabilidade, tornando o conteúdo mais elucidativo. Destaca-se que, entre 2018 e 2020, a UPC não forneceu informações sobre oportunidades, tema que foi incorporado ao relatório apenas em 2021.

Em relação ao elemento de conteúdo “Governança, estratégia e alocação de recursos”, nenhum dos anos analisados atingiu a pontuação máxima, sendo a maior pontuação registrada em 2023 e a menor em 2019. Nos anos iniciais, a UPC não apresentou de forma clara informações sobre as medidas de supervisão, controle e correção na aplicação dos recursos públicos, o que resultou em avaliações inferiores.

O último elemento de conteúdo analisado, “Informações orçamentárias, financeiras e contábeis”, apresentou pontuações semelhantes ao longo dos anos. Entre 2018 e 2020, as notas corresponderam à metade da pontuação possível, enquanto de 2021 a 2023 houve um incremento de um ponto. Essa variação deve-se à ausência das conclusões de auditoria e dos links de acesso às demonstrações contábeis completas. A disponibilização integral das demonstrações contábeis é essencial para assegurar a transparência e a integridade das informações financeiras apresentadas. A inclusão desses elementos nos relatórios mais recentes reflete um aprimoramento nas práticas de divulgação da UPC.

4.2 Análise de conteúdo dos elementos de conteúdo evidenciados no relatório de gestão

4.2.1 Mensagem do dirigente máximo da unidade

O elemento de conteúdo é uma exigência para o Relatório de Gestão. Conforme o anexo II da DN-TCU 187/2020 (TCU, 2020b) deve ser apresentado os principais resultados alcançados, bem como as prioridades da gestão. A partir da leitura dos relatórios identificou-se as principais informações em relação a essas categorias (Tabela 6).

TABELA 6

Informações sobre os resultados alcançados

Período	Informações do Relatório de Gestão – Síntese dos Resultados Alcançados
2018	<ul style="list-style-type: none">- No exame de suficiência, promovido pelo CFC, o desempenho do Paraná na primeira edição foi o melhor do País.- Programa de Educação Profissional Continuada, credenciou e/ou revalidou 521 cursos.- Em 2018 criou-se a Comissão de Governança, Riscos e Compliance;- Iniciou-se a construção de uma nova área de estacionamento, no terreno anexo à sede;
2019	<ul style="list-style-type: none">- Milhares de participantes estiveram presentes nos fóruns, seminários, palestras e cursos.- O CRC/PR passou a disponibilizar a maioria de seus cursos e palestras em vídeos online no CRCPlay.- O Concurso Conhecimento Nota 10 do CRC/PR premiou os três melhores Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de alunos Ciências Contábeis de IESs do Estado do Paraná.- Aperfeiçoamento da estrutura de Escritórios Regionais e Delegacias, revitalizando as sedes de Cascavel e Curitiba. Foram criadas as áreas de Compras, Licitações e Contratos (2017) e de Governança, Riscos, Compliance e Qualidade (2019).- Atuação dos profissionais contábeis voluntários, no âmbito do Programa de Voluntariado da Classe Contábil.
2020	<ul style="list-style-type: none">- Além das medidas adotadas internamente para garantir a continuidade dos serviços da autarquia após a decretação da pandemia.- Criação da Comissão Consultiva de Representantes da Classe Contábil do Paraná, com o objetivo de integrar as entidades contábeis do estado.- Lançamento de novos produtos e serviços, tais como o aplicativo para celular App CRC/PR, o Podcast CRC/PR, a TVCRC/PR – o canal do CRC/PR no YouTube, o Plano de Integridade do CRC/PR, e o Programa Contador do Amanhã.- Lives realizadas às sextas-feiras e eventos de grande magnitude, com centenas e milhares de participantes simultâneos, com transmissão ao vivo pela TVCRC/PR.
2021	<ul style="list-style-type: none">- Lançamento de ferramentas tecnológicas em projetos que vieram para apoiar e orientar os profissionais da contabilidade.- Iniciou-se o Banco de Oportunidades, que possibilita que empresas cadastrem vagas na área contábil e que profissionais cadastrem seus currículos. No mesmo período, lançamos também o Termo de Transferência de Responsabilidade Técnica Eletrônico.- Informativas para estudantes de ciências contábeis do Programa “O Contador do Amanhã”.- Estreitou-se o relacionamento com diversas entidades e segmentos da sociedade civil organizada, refletindo e defendendo os interesses da profissão contábil junto aos diversos setores dos quais a atuação e decisões impactam diretamente os profissionais e as empresas da área.
2022	<ul style="list-style-type: none">- Atualização do Plano de Logística Sustentável, com novas ações e reflexões sobre o tema sustentabilidade nas organizações, considerando sua importância no cenário global.- O projeto CRC/PR em Sua Região levou o CRC/PR a vinte cidades do estado, em 2022.

	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias nas ferramentas de TI, como por exemplo, a conversão da telefonia para a tecnologia de Voz sobre IP (VOIP). Além da atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), foram também instituídas, a Política de Privacidade, a Política de Cookies e a Política de Segurança Cibernética. - Visando contribuir com a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis, o CRC/PR participou das discussões que geraram o envio ao Conselho Nacional de Educação de uma proposta de alteração à Resolução CNE/CES n.º 10/2004.
2023	<ul style="list-style-type: none"> - Destaques para a TV CRC/PR(YouTube), por meio da qual são veiculados cursos, palestras e eventos de grande porte. Construção de um estúdio profissional para a TV CRC/PR. - Escola de Formação de Lideranças, lançada no início de 2023 em parceria com a PUCPR. - Oferta gratuita de certificados digitais para profissionais e organizações contábeis. - Programa CRC/PRem Sua Região concluiu nosso giro pelas 46 localidades onde a entidade possui representação.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Tabela 6 permite visualizar a ênfase na educação continuada dos profissionais contábeis. Em todos os anos analisados, o CRC/PR menciona a criação e fornecimento de cursos de capacitação, palestras e formações. Destacam-se o melhor desempenho no Exame de Suficiência em 2018, as premiações para trabalhos de conclusão de curso em 2019, o engajamento em discussões sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis em 2022 e a criação da Escola de Formação de Lideranças em 2023.

Outro aspecto relevante é a importância atribuída à comunicação do CRC/PR com seus públicos de interesse. A partir de 2019, o conselho passou a divulgar suas atividades e engajar seu público no ambiente digital, um movimento intensificado em 2020 com o advento da pandemia da Covid-19 e a consequente criação de novos produtos e serviços. Esse fato pode ser corroborado pela criação da Política de Privacidade, da Política de Cookies e da Política de Segurança Cibernética em 2022, bem como pelas prioridades de gestão

No Relatório de Gestão de 2018 do CRC/PR, foram estabelecidas as prioridades da gestão, visando valorizar e fortalecer a profissão contábil, de modo a traduzir a linguagem dos negócios para a tomada de decisões por empreendedores e gestores. No ano seguinte, 2019, não há registros específicos sobre esse tema, sendo mencionados apenas os resultados alcançados até aquele momento, o que coincide com o término do mandato do então presidente do CRC/PR.

Em 2020, a UPC sinalizou a implementação e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) como uma das prioridades da gestão. No ano de 2021, o foco da gestão foi auxiliar na mitigação dos efeitos decorrentes da pandemia de Covid-19. Em 2022, a ênfase foi direcionada para a priorização da tecnologia e inovação na profissão contábil, enquanto em 2023 houve uma busca por atrair jovens talentos.

4.2.2 Visão geral organizacional e ambiente externo

O elemento de conteúdo “Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo” exige a identificação da UPC, bem como a declaração de sua missão e visão. Além disso, requer a apresentação das principais normas que orientam sua atuação, acompanhadas de *links* de acesso. Identificou-se que, nos anos de 2018 e 2019, tais informações não foram disponibilizadas, possivelmente devido ao estágio inicial da entidade na adoção do modelo de Relato Integrado.

A partir de 2020, as principais normas reguladoras passaram a ser mencionadas nos relatórios do CRC/PR, porém, os *links* de acesso foram disponibilizados apenas nos relatórios de 2021 e 2022. De acordo com (Fonseca et al., 2024) a disponibilização dessas informações melhora a conectividade da entidade e contribui para a confiabilidade das informações prestadas.

No que se refere à estrutura organizacional, o CRC/PR evidenciou sua cadeia de valor entre os anos de 2018 e 2021, porém, nesses anos, não apresentou explicitamente seu modelo de negócios. Situação

semelhante foi observada no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que, entre 2019 e 2021, não delineou claramente seu modelo de negócios, limitando-se à descrição de suas funções institucionais (Kallenbach et al., 2022).

Finalmente em 2022, houve um avanço nesse aspecto, com a inclusão do modelo de negócios no relatório do CRC/PR, aproximando-se das diretrizes estabelecidas pelo Relato Integrado, atendendo assim à recomendação de Kallenbach et al. (2022). O modelo de negócios contempla a descrição dos principais recursos ou capitais utilizados pela organização, suas atividades e produtos, os impactos gerados, bem como o valor criado e distribuído às partes interessadas (CRC/PR, 2022).

Ainda dentro dessa categoria, destaca-se a relação da entidade com o ambiente externo. Em todos os anos analisados, foram apresentadas informações sobre o impacto do ambiente externo na profissão contábil, conforme ilustrado na Tabela 7.

TABELA 7

Informações sobre o impacto do ambiente externo na profissão contábil

Período	Informações do Relatório de Gestão – Ambiente externo
2018	- Impactos da crise no PIB e o desemprego que resultaram na redução do número de profissionais com registro ativo. - Avanços tecnológicos no cenário internacional e a mídia negativa dos impactos da tecnologia sobre a profissão contábil, com a realização de eventos explicativos sobre tecnologias e sistemas para esclarecer como a tecnologia auxilia a profissão.
2019	- Mudança do perfil profissional para contadores com formação qualificada, visão de negócios, dinamismo, boa comunicação e postura estratégica. - Crescimento da atuação das mulheres na profissão e o Brasil ocupando a presidência da Associação Interamericana de Contabilidade.
2020	- Ameaças sociais e econômicas relacionadas à pandemia do coronavírus, como a atualização dos profissionais da contabilidade diante da grande quantidade de atos normativos publicados. - Solicitações realizadas à Receita Federal do Brasil (RFB) em relação à prorrogação de prazos de entrega de obrigações acessórias.
2021	- Mitigação de impactos da pandemia. O CRC/PR realizou atividades, cursos, reuniões e treinamentos online. - Nesse cenário, questões ligadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e às melhores práticas de governança tornaram-se primordiais para o Sistema CFC/ CRCs. - Ainda no âmbito social, o CRC/PR realizou doações a entidades carentes.
2022	- Impactos dos efeitos da mudança climática e a responsabilidade dos profissionais contábeis para o desenvolvimento sustentável das nações. Resultados da 27ª edição da Conferência das Partes (COP 27). - Criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). - Cenário político brasileiro, com a realização das Eleições 2022, e a importância do profissional para a prestação de contas eleitorais.
2023	- Implicações contábeis resultantes das mudanças do processo eleitoral de 2022. - Menção à publicação das normas internacionais IFRS S1 e S2 pelo International Sustainability Standards Board – ISSB.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Tabela 7 evidencia que o discurso da entidade varia ao longo dos anos analisados, acompanhando as principais mudanças ocorridas em âmbitos nacional e internacional. Adicionalmente, a redação do texto sobre o ambiente externo permite identificar como essas transformações impactam a profissão contábil e destaca as ações do CRC/PR e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para mitigar esses efeitos.

4.2.3 Riscos, oportunidades e perspectivas

Em 2019, o CRC/PR incorporou um tópico específico em seu relatório para abordar questões relacionadas a Riscos, Oportunidades e Perspectivas. Nesse contexto, afirmou que “o processo de gestão de

riscos no CRC/PR consiste no gerenciamento de riscos e oportunidades e na instituição de mecanismos de controle interno necessários ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas" (CRC/PR, 2019). No entanto, embora o relatório não evidencie diretamente os riscos e oportunidades associados à entidade, apresenta a classificação geral dos riscos, considerando sua natureza, categoria e metodologia.

No ano de 2020, foi reportado que "o CRC/PR iniciou a identificação de riscos e eventos, inclusive com treinamentos dos funcionários para conhecimento dessa expertise; em 2021, serão todos mapeados, seguindo as orientações estabelecidas na Política e no Plano de Gestão de Riscos do CRC/PR" (CRC/PR, 2020). Além disso, o relatório trouxe o fluxo de operacionalização dos riscos. A partir de 2021, o CRC/PR passou a evidenciar o Painel de Riscos, detalhando a quantidade de riscos mapeados pela entidade e sua categorização em Riscos Extremos, Altos, Médios e Baixos. Em 2021, foram identificados 126 riscos, número que aumentou para 146 em 2022.

Nos anos de 2021, 2022 e 2023, a entidade também passou a apresentar suas principais oportunidades e ações estratégicas para fomentá-las. Além disso, nos relatórios de 2022 e 2023, foi elaborada a Matriz SWOT como ferramenta para auxiliar na identificação de riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos. Dentre as oportunidades destacadas, incluem-se: o desenvolvimento profissional em ambientes virtuais, a cooperação e integração com outras entidades, o acesso a novas tecnologias e o fortalecimento do engajamento e da comunicação dos trabalhos desenvolvidos pelo CRC/PR.

4.2.4 Governança, estratégia e alocação de recursos

A "Governança, estratégia e alocação de recursos" como elemento de conteúdo prevê a descrição dos objetivos organizacionais e das estratégias para alcançá-los, bem como o suporte fornecido pelas estruturas de governança e sua capacidade de gerar valor. A partir dos resultados obtidos pela análise de conteúdo, foi possível observar que em 2018, o CRC/PR instituiu a Comissão de Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a maximização de seus resultados e apoiar a tomada de decisões em conformidade com os requisitos regulamentares e alinhados aos objetivos da UPC. No mesmo período, mencionou não possuir auditoria interna, mas, como medidas de correição, conta com o apoio da comissão de sindicância.

A partir de 2019, o CRC/PR identificou as ações promovidas pela instituição associadas a cada um dos componentes dos mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) estabelecidos pelo Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública.

Em 2020, o CRC/PR mencionou a importância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais em meios físicos e digitais, cujas ações passariam a ser implantadas em 2021. Essa ênfase na LGPD corrobora o avanço da relevância da comunicação online e das mídias, identificado nos elementos de conteúdo "Visão geral organizacional e ambiente externo" e "Mensagem do dirigente".

4.2.5 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

O elemento de conteúdo "Informações orçamentárias e financeiras" tem como objetivo fornecer os principais dados que sustentam o desempenho da organização ao longo do período. Nos anos de 2018 e 2019, o CRC/PR divulgou suas demonstrações contábeis, incluindo a declaração do contador, balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro e notas explicativas. A partir de 2019, essas informações foram complementadas com aspectos relacionados à gestão de custos, variações patrimoniais e financeiras.

Esse aprimoramento corrobora com os achados de Kallenbach *et al.* (2022), que observaram um padrão semelhante nos relatórios do CFC para os anos de 2020 e 2021. No entanto, destaca-se que essa

evolução representa essencialmente uma mudança no *layout* de apresentação dos dados, sem alteração no conteúdo efetivamente divulgado.

No que tange à gestão de custos, desde 2019, são apresentados os valores executados para cada objetivo estratégico. Destaca-se que, em todos os anos, a UPC fornece a comparação dos valores obtidos no ano corrente com os do ano anterior, aprimorando a comparabilidade das informações para a tomada de decisão.

Contudo, em nenhum dos períodos analisados, há a publicação das conclusões de auditorias independentes, nem os endereços eletrônicos para acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas. A divulgação dessas informações é fundamental para assegurar a transparência e a conformidade com as melhores práticas de governança.

5 Considerações Finais

O estudo objetivou analisar a aderência dos Relatórios de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC/PR) à Decisão Normativa nº 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU). Para isso, realizou-se uma análise de conteúdo por intermédio da aplicação da Ferramenta de Autoavaliação do Relatório de Gestão disponibilizada pelo TCU, a qual permitiu a quantificação dos 22 itens conforme a escala de 0 a 3.

Os resultados permitem concluir que, dos 66 pontos possíveis, os anos de 2018 e 2019 apresentaram a menor pontuação, sendo 43 (65%) e 41 (62%), respectivamente. Uma possível justificativa para os resultados pouco expressivos nos dois primeiros anos pode se dar ao fato do período marcar o início da adoção do modelo do Relato Integrado pelas entidades. Logo, infere-se que a adoção completa demanda tempo para ser institucionalizada e esforços da entidade para a correta aplicação dos princípios e elementos de conteúdo.

Entretanto, a partir de 2020 houve uma evolução crescente nos anos analisados, sendo que em 2023, atingiu a maior pontuação 57 (86%). Esses resultados demonstram que a aderência à DN 187/2020 evoluiu positivamente, apresentando informações mais completas e melhor adequação ao documento. Sendo assim, a tendência é que as entidades se aperfeiçoem e se adequem cada vez mais ao longo dos anos.

Ao analisar cada elemento de conteúdo separadamente, é possível vislumbrar que os mais aderentes são “Mensagem do dirigente máximo da unidade” e “Riscos, oportunidades e perspectivas” que atingem as pontuações máximas nos anos de 2022 e 2023. Na mensagem do presidente, o CRC/PR direciona ênfase acentuada para a priorização da educação continuada e o engajamento de seu público com o ambiente digital. Com relação aos riscos e oportunidades, observa-se que o CRC/PR realiza o mapeamento dos riscos, porém somente a partir de 2021 ocorre a divulgação das oportunidades da entidade.

Na sequência, o elemento de conteúdo “Visão geral organizacional e ambiente externo” cuja pontuação em todos os anos foi superior a 70% do possível. Observa-se que o discurso do CRC/PR acompanha as principais mudanças ocorridas no cenário externo e como as transformações impactam a profissão contábil. Destaca-se ainda, o crescimento expressivo do elemento de conteúdo “Governança, estratégia e alocação de recursos” que atingiu cerca de 95% de aderência em 2023. Nesse elemento, há a divulgação dos aspectos relacionados à estratégia da entidade e seu relacionamento com sua governança. Ainda, há a apresentação dos principais recursos alocados para suas atividades, considerando os objetivos estratégicos.

Por fim, o elemento de conteúdo “Informações orçamentárias, financeiras e contábeis” não apresentou alterações significativas ficando próximo aos 50% em todos os anos analisados. O que representou a baixa aderência foi a não divulgação das conclusões de auditoria e dos *links* para acesso às informações na íntegra.

Infere-se que, embora o *Framework* do RI tenha sido desenvolvido com foco no setor privado, sua aplicação também é viável para o setor público e organizações sem fins lucrativos (IIRC, 2012). No contexto

brasileiro, as adaptações implementadas pelo TCU têm desempenhado um papel fundamental na viabilização da adoção desse modelo por entidades públicas.

Os resultados desta pesquisa indicam que as informações divulgadas pelo CRC/PR estão em conformidade com os achados de Kallenbach *et al.* (2022) ao analisar o CFC, evidenciando um alinhamento entre o conselho regional e o órgão máximo da profissão contábil no Brasil. Isto posto, infere-se que o RI pode ser considerado um forte aliado para a elaboração e divulgação de informações transparentes e confiáveis. Os Elementos de Conteúdo atuam proporcionando uma visão mais abrangente do RI, auxiliando na determinação da melhor forma de demonstrar a origem da criação de valor, de forma objetiva e segura.

Ao analisar a aderência do Relatório de Gestão às normas do TCU, o estudo contribui para a validação da Ferramenta de Autoavaliação, evidenciando sua eficácia na identificação do nível de conformidade dos relatórios. A adoção do RI exige um período de adaptação e demanda monitoramento contínuo para garantir a melhoria constante e a conformidade com as normas estabelecidas. Logo, as UPCs que têm a obrigação de prestar contas devem promover discussões internas, visando à institucionalização do pensamento integrado. Esse processo é fundamental para aprimorar a conectividade e a eficácia das informações divulgadas, assegurando que as práticas de transparência e prestação de contas sejam continuamente aprimoradas.

O estudo não está isento de limitações, visto que se considerou somente os Elementos de Conteúdo na análise, sendo que a Ferramenta de Autoavaliação contempla ainda, os princípios básicos. Além disso, ao longo do desenvolvimento do estudo o TCU atualizou a Ferramenta de Autoavaliação em 2022, com pequenas alterações, o que não implica na relevância a validade dos resultados identificados. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da amostra e a aplicação da nova versão da Ferramenta de Autoavaliação. Os resultados, permitirão a análise comparativa com outros conselhos regionais, o que pode enriquecer os *insights* obtidos e corroborar os dados obtidos nesse estudo.

Referências

- Brasil. (2016). Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- Caruana, J., & Grech, I. (2019). Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts. *Public Money & Management*, 39(6), 409–417. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1583911>
- Castro, S., & Costa, A. (2022). O status quo do relato integrado no setor público brasileiro. *Revista Gestão Organizacional*, 15(3), 126–142. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v15i3>
- Cavicchi, C., Oppi, C., & Vagnoni, E. (2019). On the feasibility of integrated reporting in healthcare: a context analysis starting from a management commentary. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 345–371. <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09456-2>
- Dumay, J., Zambon, S., & Magnaghi, E. (2023). Guest editorial: Integrated reporting and change: what are the impacts after more than a decade of integrated reporting?. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 19(2), 185-190.
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & De Villiers, C. J. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*, 27(4), 556-579. <http://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2019-0436>
- Fonseca, M. M. L., Ribeiro, C. D. M. D. A., & Cosenza, J. P. (2024). Qualidade da Informação dos Relatórios de Gestão Integrados das Universidades Públicas Federais. *Pensar Contábil*, 25(88).
- Garlatti, A., Iacuzzi, S., Dokalskaya, I., & Pericolo, E. (2024). Integrated reporting and its pluralistic perspective: promoting public value and accountability in public sector accounting? *Public Money & Management*, 44(8), 685-695. <https://doi.org/10.1080/09540962.2024.2398769>
- Iacuzzi, S., Garlatti, A., Fedele, P., & Lombrano, A. (2020). Integrated reporting and change: evidence from public universities. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(2), 291-310. <https://doi.org/10.1108/JPBAM-08-2019-0120>

Relato Integrado Como Ferramenta de Prestação de Contas no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). The International Framework. Acesso em janeiro de 2019. <https://doi.org/10.1254/fpj.71.757> Acesso em: 17 ago. 2023.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021) The International Framework. Acesso em setembro de 2021. 17 ago. 2023.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2012). Draft Framework Outline. Acesso em Agosto de 2023.
- Kallenbach, L. M., Ribeiro, C. D. M. D. A., & Lepsch, M. A. D. S. (2022). Relato Integrado no Setor Público: uma Análise dos Relatórios de Gestão do Conselho Federal de Contabilidade. *Pensar Contábil*, 25(85), 26-33.
- Manes-Rossi, F., Nicolò, G., & Argento, D. (2020). Non-financial reporting formats in public sector organizations: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(4), 639-669.
- Mauro, S. G., Cinquini, L., Simonini, E., & Tenucci, A. (2020). Moving from social and sustainability reporting to integrated reporting: Exploring the potential of Italian public-funded universities' reports. *Sustainability*, 12(8), 3172. <https://doi.org/10.3390/su12083172>
- Montecalvo, M., Farneti, F., & De Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38(5), 365-374. <http://doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>
- Nicolò, G., Zanellato, G., & Tiron-Tudor, A. (2020). Integrated reporting and European state-owned enterprises: A disclosure analysis pre and post 2014/95/EU. *Sustainability*, 12(5), 1908. <https://doi.org/10.3390/su12051908>
- Ribeiro, C. D. M. de A., Vieira Neto, J., Cosenza, J. P., & Zotes, L. P. (2020). Evidenciação da responsabilidade social corporativa nos estudos sobre relato integrado: uma revisão estruturada da literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 53, 107-132. DOI: 10.5380/dma.v53i0.68391
- Ribeiro, C. D. M. de A., Moraes, M. P., Pinheiro, A. B., & Neto, J. (2023). Quality of integrated reports: evidence from Brazilian public universities. *Social Responsibility Journal*, 20(1), 164-179. <https://doi.org/10.1108/SRJ-09-2022-0358>
- Rosa, D. C. (2019). O Relatório Integrado como novo paradigma da prestação de contas governamental: análise dos elementos e conteúdo do Relatório de Gestão do Ministério da Fazenda à luz da estrutura conceitual. *Coletânea de Pós-Graduação*, v.2 n.5 Auditoria do Setor Público. Tribunal de Contas da União
- Tribunal de Contas da União. (2018). Decisão Normativa nº 170, de 19 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/TCU/Ins%20Norm/DN_170_18.html. Acesso em: agosto de 2023.
- Tribunal de Contas da União. (2020a). Ferramenta de Autoavaliação. Secom, Secretário Especial de Comunicação Social. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao.htm>. Acesso em: ago. 2023
- Tribunal de Contas da União. (2020b). Decisão Normativa nº 187 de 09 de setembro 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/decisao-normativa-no-187-2020-tcu-divulga-a-relacao-das-upcs-e-estabelece-elementos-de-conteudo-do-rg-2020.pdf/view> Acesso em: agosto de 2023.
- Veltri, S., & Silvestri, A. (2015). The Free State University integrated reporting: a critical consideration. *Journal of Intellectual Capital*, 16(2), 443-462. <http://doi.org/10.1108/JIC-06-2014-0077>
- Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, auditing & accountability journal*, 27(7), 1042-1067. DOI: 10.1108/AAAJ-06-2014-1736
- Williams, B. & Lodhia, S. (2021). Integrated reporting in public sector organisations: A study of Australian local councils. *Journal of Environmental Management*. 280(15) P. 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.111833>

DADOS DOS AUTORES

Isabelle Caroline Bevíqua

Doutora em Contabilidade pela Universidade de Brasília (UnB)
Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Email: isacbevi@hotmail.com
Orcid: 0000-0003-3085-2055

Enio Gabriel Meniqueti

Bacharel em Contabilidade pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Email: eniomeniquetti@hotmail.com

João Pedro Pizzólio De Souza

Bacharel em Contabilidade pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Email: joaopedropizzolio@gmail.com

Orcid: 0009-0004-4694-7125

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Isabelle Caroline Bevilaqua	Enio Gabriel Meniqueti	João Pedro Pizzólio De Souza
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	√		
2. Definição do problema de pesquisa	√		
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	√	√	√
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)			
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	√	√	√
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	√	√	√
7. Processo de coleta de dados	√	√	√
8. Análises dos dados			
9. Análises e interpretações dos dados coletados	√	√	√
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	√	√	√
11. Revisão crítica do manuscrito	√		
12. Redação do manuscrito	√	√	√